



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 022/2019**

Senhor Presidente,  
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.

Ao cumprimentar Vossas Excelências, na oportunidade, vimos encaminhar à apreciação da Câmara Municipal a proposição de lei objeto do texto em anexo, o qual ***“AUTORIZA O EXECUTIVO A REALIZAR TERMO DE CONFISSÃO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS COM O SEU REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL (RPPS)”***.

A autorização que ora se reivindica da tem por finalidade oportunizar a regularização do Município junto ao Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Jaguari (FUNPREV), mediante o parcelamento das contribuições previdenciárias relativas ao Custeio Especial, ou seja, do Passivo Atuarial, das competências **13º Salário de 2018, dezembro/2018 e de janeiro a abril/2019, no valor nominal de R\$ 1.022.677,97** a ser acrescido dos encargos legais.

Em oportunidades anteriores já discorremos sobre a dificuldade financeira vivenciada pelos municípios brasileiros com pequena arrecadação própria, sendo imprescindível uma revisão constitucional que redefina as atribuições e melhor partilhe a receita pública de forma mais condizente aos elevados encargos constitucional na prestação dos serviços públicos.

Enquanto isso não acontece os municípios tornam-se reféns de um sistema perverso que impõe mendigar recursos extras e o que é pior, em se verificando circunstâncias adversas à programação financeira, é impositivo ao gestor ter de fazer a opção pelo pagamento de encargos ordinários, vindo a ocasionar a impossibilidade do integral cumprimento das contribuições patronais junto ao Fundo de Previdência dos Servidores Municipais (FUNPREV).



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

Foi o que ocorreu para a Administração Municipal de Jaguari, quando em decorrência do pagamento de despesas extraordinárias com a utilização de recursos próprios implicou em não poder honrar com a regularidade dos encargos ao FUNPREV no período de dezembro/2018 a abril/2019. Disso restou impago a contribuição patronal do Passivo Atuarial.

A seguir relacionamos essas despesas extraordinárias, que totalizaram a cifra de **R\$ 1.487.344,48**, quais sejam:

- Pagamento de Precatório Judicial nº 175406 a Amancio Dauto Flores Carpes, objeto do Processo nº 107/1.12.0000571-0, no valor de **R\$ 270.000,00**;
- Pagamento das obras de pavimentação e drenagem da Rua São Jorge, no Loteamento Jôquei Club, em razão de condenação judicial objeto do Processo nº 107/1.07.0000793-4, no valor de **R\$ 52.095,16**;
- Pagamento a gestora do Hospital (IRDESI) em razão da não transferência de recursos pelo Estado/RS desde setembro/2018, no valor de **R\$ 396.712,68**;
- Pagamento a gestora do Hospital (IRDESI) de valor relativo a contratualização com o Estado/RS, no importe de R\$ 102.000,00 mensal, que seria deduzido do valor total do contrato, o que estava previsto para novembro/2018, mas que ocorreu tão somente em abril/2019, no valor total de **R\$ 510.000,00**;
- Pagamento de despesas vinculadas a Saúde, relativos a SAMU, Farmácia Básica, PIM, ESF, NAAB, Gestão Plena e PIES, que deveriam ser pagos com recursos do Estado/RS, no valor total de **R\$ 258.534,64**.

Ainda, somam-se a essas dificuldades os encargos advindos com as quatro (04) adversidades climáticas enfrentadas pelo Município nesse período e, também o não recebimento de Emenda Parlamentar de Custeio para a Saúde, através de Recurso do Fundo Nacional de Saúde no valor de R\$ 290.000,00.

Esses foram os motivos, senhoras e senhores vereadores, que determinaram ao gestor municipal fazer a opção pelos aludidos encargos inadiáveis, deixando para realizar através do parcelamento que ora se propõe o pagamento dos encargos com o FUNPREV, os quais, repetimos, ficaram restritos aos débitos a título de Recuperação do Passivo.



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

Outrossim, em linha de esclarecimento quanto ao Fundo de Previdência dos Servidores Municipais, oportuno relembrar que o Plano de Custeio ao FUNPREV em vigor estabelece as seguintes contribuições:

- ao Servidor, a quota laboral de **12,0%**;
- ao Município, a quota patronal normal de **14,4%** e
- ao Município, a quota patronal especial de recuperação do passivo de **26,10%** em 2019, e que para o ano de 2020 se eleva para 29,70%.

Disso resulta que no exercício de **2019** o percentual total de contribuição de responsabilidade do Município vertida ao FUNPREV atinge a **40,50%**.

A Recuperação do Passivo é encargo que compete ao Município e correspondente aos benefícios concedidos e aos benefícios a conceder que possuam períodos de tempo sem recolhimento a nenhum regime de previdência.

Além do Plano de Custeio, o Município vem recolhendo ao FUNPREV valores referentes a três (03) parcelamentos, ainda em vigor.

Para melhor exemplificar o Quadro abaixo demonstra as contribuições atinentes ao mês de **abril/2019**:

**CONTRIBUIÇÕES AO FUNPREV**

COTA SERVIDOR ATIVO 12%	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR INATIVO	COTA PATRONAL NORMAL 14,4%	COTA RECUPERAÇÃO PASSIVO 26,10%	PARC. CADPREV 021/2009 (120 parcelas)	PARC. CADPREV 1410/2017 (36 Parcelas)	PARC. CADPREV 1422/2017 (200 Parcelas)	TOTAL ENCARGO DO SERVIDOR	TOTAL ENCARGO DO MUNICÍPIO
R\$ 84.546,06	R\$ 108,61						R\$ 84.654,67	
		R\$ 100.319,08	R\$ 183.642,89	R\$ 12.449,48 (Parc. 117)	R\$ 13.868,94 (Parc. 19)	R\$ 15.426,40 (Parc. 19)		R\$ 325.706,79

BASE DA PREVIDÊNCIA (Abril/2019: R\$ 703.612,61)

Assim, tem-se que o valor nominal das contribuições vertidas ao FUNPREV, considerando a quota laboral, a quota patronal (normal e especial) e os parcelamentos totalizariam em abril/2019 o importe de **R\$ 410.401,96**.

Oportuno também informar que a Folha de Pagamento dos Inativos e Pensionistas, que é um encargo exclusivo do FUNPREV, em abril/2019 totalizou o valor de **R\$ 365.489,54**.



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

Nesse contexto, oportuno demonstrar, em síntese, a disponibilidade financeira do Fundo de Previdência dos Servidores em abril/2019:

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO FUNPREV – Abril/2019	
Valor aplicado em bancos .....	R\$ 15.656.957,81
Saldo dos parcelamentos a vencer .....	R\$ 3.244.359,52
Valor devido a parcelar .....	R\$ 1.022.677,97
<b>Montante Escritural .....</b>	<b><u>R\$ 19.923.995,30</u></b>

Significativo também demonstrar que em relação ao valor existente em dezembro/2008, (que era de **R\$ 2.829.258,42**), tem-se que os valores atualmente aplicados (de **R\$ 15.656.957,81**), obtiveram um crescimento na ordem de **553,39%**. No mesmo período, a atualização monetária segundo o IGP-M foi de **77,03%**.

De outra banda é pertinente ressaltar o elevado crescimento da Folha de Inativos e Pensionistas: em dezembro/2008 era de **R\$ 56.923,99** e em abril/2019 atingiu o valor de **R\$ 365.489,54**. Tem-se, portanto, que os encargos com Inativos e Pensionistas tiveram um crescimento na ordem de **642,07%**.

Quanto aos valores em investimentos, segue abaixo um demonstrativo dos valores em depósito e suas respectivas instituições bancárias:

VALORES EM INVESTIMENTOS – Abril/2019		
INSTITUIÇÃO BANCÁRIA / CORRETORA	PERCENTUAL ALOCADO	VALOR ALOCADO
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	48,31%	R\$ 7.563.182,54
BANCO DO BRASIL	21,01%	R\$ 3.290.158,12
BANRISUL	27,85%	R\$ 4.360.467,57
BOVA11 CI ATZ (BANRISUL CORRETORA)	0,32%	R\$ 50.074,20
AUSTRO INSTITUCIONAL PIPE BANCOS FIC FIA	2,51%	R\$ 393.075,38
<b>TOTAL .....</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 15.656.957,81</b>

Feitas essas considerações quanto à realidade de nosso Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), tem-se a destacar que a falta de regularidade previdenciária impede ao Município o recebimento de recursos oriundos de emendas parlamentares, bem como de convênios e de financiamentos.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
**Secretaria de Administração**

Porquanto, a proposição de parcelamento é medida que se impõe para a continuidade das ações ao encargo do ente público municipal.

Quanto ao débito objeto do parcelamento ora proposto, cabe reiterar que os valores se referem tão somente a Passivo Atuarial, vez que em nenhum período se deixou de transferir a contribuição retida dos servidores, a quota patronal normal, bem como as prestações dos parcelamentos se encontram devidamente quitadas.

Por fim, esclarecemos que a presente proposição de parcelamento guarda fiel observância ao regramento instituído pelo artigo 5º da Portaria do Ministério da Previdência Social nº 402/2008, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 021, nº 307/2013 e nº 021/2014, tendo o mesmo merecido a plena aprovação pelos membros integrantes do Conselho de Administração do FUNPREV, conforme cópia em anexo da ata da reunião que deliberou sobre o assunto.

Para melhor compreensão dos Senhores Edis quanto ao débito objeto do parcelamento reivindicado, segue em anexo a respectiva planilha da Previa do Acordo de Parcelamento junto a Previdência Social, bem como, desde já colocamos a disposição dessa Casa os servidores municipais das secretarias de Finanças e Administração, como também os integrantes do Conselho de Administração do FUNPREV se disponibilizam a prestar os esclarecimentos pertinentes.

Em linha de conclusão, invocando a pertinência da medida, encarecemos as Senhoras e aos Senhores Vereadores a aprovação do presente Projeto de Lei.

Jaguari, RS, 16 de maio de 2019.

**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,**  
**Prefeito do Município de Jaguari.**



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**PROJETO DE LEI N° 022/2019**

**Autoriza o Executivo a realizar Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários com o seu RPPS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 78, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizado o Executivo Municipal a realizar Termo de Confissão de Débitos Previdenciários e celebrar Acordo de Parcelamento de Débitos Previdenciários com o Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Jaguari (FUNPREV), relativo ao débito das contribuições previdenciárias do Custeio Especial, devidas e não repassadas pelo Município das competências **13º salário de 2018, dezembro de 2018 e de janeiro a abril de 2019**, em até sessenta (60) prestações mensais, iguais e consecutivas, observados o disposto no artigo 5.º da Portaria do Ministério da Previdência Social (MPS) n.º 402/2008, na redação dada pelas Portarias MPS n.º 021/2013, n.º 307/2013 e 021/2014.

Parágrafo único. O parcelamento autorizado pelo *caput* deste artigo não alcança débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

**Art. 2º** Para apuração do montante devido especificado no artigo 1º desta Lei os valores originais serão atualizados pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), acrescido de juros compostos de zero virgula cinquenta por cento (0,50%) ao mês, calculados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

**§ 1.º** As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IGP-M, acrescido de juros compostos de zero virgula cinquenta por cento (0,50%) ao



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo até o mês do pagamento.

§ 2.º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IGP-M, acrescido de juros compostos de zero virgula cinquenta por cento (0,50%) ao mês e multa de um por cento (1,00%), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

**Art. 3º** Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

**Art. 4.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, ..... DE ..... DE .....

**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,**  
Prefeito do Município de Jaguari.

REGISTRADA NO LIVRO N.º        ÀS FLS.  
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO  
EM:        /        /

**CEVY RINALDO TAMBARA FILHO,**  
Secretário de Administração.